

SED-SC

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA

ANALISTA TÉCNICO ADMINISTRATIVO

- *Conhecimentos Gerais*
- *Conhecimentos Específicos*
- *Noções de Informática (On-line)*



DE ACORDO COM EDITAL Nº 794/SED/2026

Conteúdo de acordo
com o Edital
Questões gabaritadas
da banca FURB

Secretaria de Estado de Educação de Santa Catarina

SED-SC

Analista Técnico Administrativo

APRESENTAÇÃO

Se você tem este livro em mãos, é porque está construindo sua jornada rumo à tão sonhada aprovação com compromisso e dedicação.

A Editora Nova Concursos será sua maior aliada neste percurso, oferecendo um material de qualidade que será seu guia de estudos.

Nosso livro foi elaborado com a experiência de professores renomados, especialistas em concursos públicos, somada à organização e dedicação do nosso time editorial.

O conteúdo programático do edital foi criteriosamente analisado para abordar todos os temas cobrados em um sumário que foi pensado para te apresentar uma sequência lógica; isso facilitará a compreensão do conteúdo cobrado para o cargo de Analista Técnico Administrativo de acordo com o Edital nº 794/2026, da Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina. (SED-SC).

Para complementar seus estudos e auxiliar sua memorização, ao decorrer da teoria você encontrará recursos como boxes *Importante e Dica*, com macetes valiosos selecionados para otimizar seu tempo; para um planejamento completo, ao final de todas as disciplinas apresentamos a seção *Hora de Praticar*, com questões gabaritadas da banca *FURB*, organizadora contratada para a realização do certame para que você pratique a teoria e já conheça o perfil da banca.

Para sua preparação acesse os conteúdos complementares disponíveis on-line para este livro em nossa plataforma: *Conteúdo de Noções de Informática disponível em PDF para download*. Para acessar, basta seguir as orientações na próxima página.

Este material é um verdadeiro diferencial, pois proporciona uma abordagem completa e especializada que irá te guiar até o sucesso.

Vamos juntos rumo à aprovação!



AVISO IMPORTANTE

ESTE É UM MATERIAL DE DEMONSTRAÇÃO

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da apostila. Aqui você encontrará o sumário do material e algumas páginas selecionadas, para que possa conhecer a qualidade, a estrutura e a metodologia do nosso conteúdo. No entanto, esta não é a apostila completa.

**POR QUE
ADQUIRIR
A VERSÃO
COMPLETA?**

- ✓ conteúdo organizado de acordo com o edital;
- ✓ teoria objetiva e atualizada;
- ✓ dicas e fluxogramas para auxiliar a memorização;
- ✓ questões gabaritadas para o treino da teoria.

**GARANTA A VERSÃO COMPLETA DO
MATERIAL COMPLETO COM DESCONTO!**

QUERO MATERIAL COMPLETO!

SUMÁRIO

CONHECIMENTOS GERAIS.....	11
■ FUNDAMENTOS LEGAIS E NORMATIVOS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA.....	11
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988: DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DIREITOS SOCIAIS E DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS SOBRE EDUCAÇÃO	11
■ FUNDAMENTOS LEGAIS E NORMATIVOS DA EDUCAÇÃO CATARINENSE.....	15
■ ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: DIREITO À EDUCAÇÃO, PROTEÇÃO INTEGRAL E CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA	16
■ LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (LEI N.º 9.394/1996) E SUAS ALTERAÇÕES	29
ESTRUTURA, PRINCÍPIOS E ORGANIZAÇÃO DAS ETAPAS E MODALIDADES DA EDUCAÇÃO BÁSICA	29
■ PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO.....	32
■ PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA: METAS, ESTRATÉGIAS E AVALIAÇÃO DA POLÍTICA EDUCACIONAL.....	34
■ LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL N.º 170/1998: SISTEMA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA.....	36
■ MARCOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA E DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	42
■ LEGISLAÇÃO SOBRE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA, AFRICANA E INDÍGENA E SUA IMPLEMENTAÇÃO CURRICULAR.....	45
■ GESTÃO DEMOCRÁTICA DO ENSINO PÚBLICO: FUNDAMENTOS LEGAIS E INSTÂNCIAS COLEGIADAS	48
■ REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS DO ESTADO DE SANTA CATARINA	51
DIREITOS	51
DEVERES	57
Responsabilidades.....	57
REGIME DISCIPLINAR	58
■ ESTATUTO E O PLANO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL CATARINENSE	60
■ CURRÍCULO E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO	62
■ BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR	65
COMPETÊNCIAS GERAIS, ÁREAS DO CONHECIMENTO, COMPONENTES CURRICULARES E ETAPAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	65

■ PROPOSTA CURRICULAR DE SANTA CATARINA: FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E CONCEPÇÕES PEDAGÓGICAS.....	77
■ CURRÍCULO BASE DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DO ENSINO FUNDAMENTAL DO TERRITÓRIO CATARINENSE	79
PRINCÍPIOS.....	79
ESTRUTURA	79
ARTICULAÇÃO COM A BNCC.....	80
■ CURRÍCULO BASE DO ENSINO MÉDIO DO TERRITÓRIO CATARINENSE.....	80
FORMAÇÃO GERAL BÁSICA	81
ITINERÁRIOS FORMATIVOS E TRILHAS DE APROFUNDAMENTO.....	81
ORGANIZAÇÃO CURRICULAR VIGENTE	82
■ EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	82
DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS	82
NORMAS ESTADUAIS VIGENTES	83
■ INTEGRAÇÃO CURRICULAR: INTERDISCIPLINARIDADE, TRANSDISCIPLINARIDADE E CONTEXTUALIZAÇÃO DO CONHECIMENTO.....	84
■ AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: CONCEPÇÕES, INDICADORES EDUCACIONAIS E USO DOS RESULTADOS PARA MELHORIA DA QUALIDADE.....	87
■ PLANEJAMENTO EDUCACIONAL E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO ESCOLAR	91
■ DIVERSIDADE, DIREITOS HUMANOS E PROTEÇÃO INTEGRAL	93
■ EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: PRINCÍPIOS, MARCOS NORMATIVOS E PRÁTICAS ESCOLARES	95
EDUCAÇÃO BÁSICA: EDUCAÇÃO INFANTIL, ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO.....	96
EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA: ESPECIFICIDADES E MARCOS LEGAIS.....	97
EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA : ESPECIFICIDADES E MARCOS LEGAIS.....	98
DIVERSIDADE E EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: COMBATE AO RACISMO, VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE E IMPLEMENTAÇÃO CURRICULAR.....	99
■ EDUCAÇÃO ESCOLAR DO CAMPO	100
■ DIVERSIDADE DE GÊNERO, SEXUAL, RELIGIOSA, LINGUÍSTICA E SOCIOCULTURAL	101
RECONHECIMENTO E PROMOÇÃO DE EQUIDADE NO CONTEXTO ESCOLAR	101
■ INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE	102

■	DESENHO UNIVERSAL PARA A APRENDIZAGEM: ESTRATÉGIAS E ADAPTAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO PARA TODOS.....	103
■	CONVIVÊNCIA ESCOLAR, CULTURA DE PAZ E PREVENÇÃO ÀS VIOLÊNCIAS: ESTRATÉGIAS DE MEDIAÇÃO E PRÁTICAS RESTAURATIVAS	104
■	SAÚDE MENTAL NA ESCOLA: COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS, BEM-ESTAR E TRABALHO INTERSETORIAL.....	106
■	PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO CONTEXTO EDUCACIONAL	107
■	TECNOLOGIAS, INOVAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE	109
	TECNOLOGIAS DIGITAIS NA EDUCAÇÃO E NA GESTÃO PÚBLICA: FUNDAMENTOS, POTENCIALIDADES E DESAFIOS.....	109
■	CULTURA DIGITAL, LETRAMENTO DIGITAL E CIDADANIA DIGITAL: HABILIDADES, RESPONSABILIDADE E PARTICIPAÇÃO CRÍTICA.....	110
■	USO PEDAGÓGICO E ADMINISTRATIVO DE PLATAFORMAS, AMBIENTES VIRTUAIS DE APRENDIZAGEM E RECURSOS EDUCACIONAIS ABERTOS.....	113
■	ENSINO HÍBRIDO E EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: MODELOS, REGULAMENTAÇÃO E APLICAÇÕES	115
■	INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA EDUCAÇÃO: APLICAÇÕES ÉTICAS E POTENCIAL TRANSFORMADOR NO ENSINO E NA GESTÃO.....	117
■	SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO, PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E GOVERNANÇA DIGITAL NO AMBIENTE EDUCACIONAL	119
	LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LGPD.....	119
■	INOVAÇÕES CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS CONTEMPORÂNEAS E SEUS IMPACTOS NO MUNDO DO TRABALHO E NA SOCIEDADE	139
■	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E CONTEXTOS.....	140
	PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	141
	Legalidade	142
	Impessoalidade.....	142
	Moralidade.....	143
	Publicidade.....	143
	Eficiência	144
■	ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO	144
	DEVERES	145
	CONFLITO DE INTERESSES	146
	INTEGRIDADE.....	146

TRANSPARÊNCIA	147
RESPONSABILIDADE.....	147
■ LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO: TRANSPARÊNCIA ATIVA, PASSIVA E SIGILO	147
■ RELAÇÕES HUMANAS NO TRABALHO.....	168
■ ASPECTOS HISTÓRICOS E CULTURAIS DE SANTA CATARINA E DO BRASIL	174
■ GEOGRÁFICOS, SOCIAIS, POLÍTICOS E ECONÔMICOS DE SANTA CATARINA E DO BRASIL CONTEMPORÂNEO RELEVANTES PARA A COMPREENSÃO DAS DINÂMICAS EDUCACIONAIS E ADMINISTRATIVA.....	188
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.....	205
■ ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	205
PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS.....	206
ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA	209
PODERES ADMINISTRATIVOS.....	210
ATOS ADMINISTRATIVOS.....	218
■ GESTÃO DE DOCUMENTOS E ARQUIVÍSTICA: CICLO DE VIDA DOS DOCUMENTOS.....	225
CLASSIFICAÇÃO.....	226
AVALIAÇÃO	227
TEMPORALIDADE.....	228
ARQUIVAMENTO	231
DIGITALIZAÇÃO	232
■ REDAÇÃO OFICIAL: NORMAS E PADRÕES PARA DOCUMENTOS PÚBLICOS; LINGUAGEM, CLAREZA E OBJETIVIDADE	234
■ LEGISLAÇÃO APLICADA AO SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL.....	268
ESTATUTO DOS SERVIDORES E REGIME JURÍDICO	268
DIREITOS	269
DEVERES	274
PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR	276
■ GESTÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS: CELEBRAÇÃO, EXECUÇÃO, FISCALIZAÇÃO, PRESTAÇÃO DE CONTAS E ENCERRAMENTO	278
■ ORÇAMENTO E FINANÇAS PÚBLICAS: ESTRUTURA ORÇAMENTÁRIA	301
EXECUÇÃO DA DESPESA	313

RECEITA	320
CONTROLE ORÇAMENTÁRIO	326
■ COMPRAS PÚBLICAS: LEI N.º 14.133/2021	327
ABRANGÊNCIA, APLICAÇÃO E VIGÊNCIA DA LEI Nº 14.133, DE 2021	327
MODALIDADES E FASES.....	333
DISPENSA	336
■ GESTÃO DE PATRIMÔNIO E MATERIAIS	338
CATALOGAÇÃO.....	339
CONTROLE	339
MOVIMENTAÇÃO	340
DESAFIZAMENTO DE BENS PÚBLICOS	343
■ TECNOLOGIAS DIGITAIS APLICADAS À GESTÃO PÚBLICA: SISTEMAS INTEGRADOS.....	343
■ FERRAMENTAS DE PRODUTIVIDADE	344
■ PORTAIS DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNO ELETRÔNICO.....	345
■ CONTROLE INTERNO.....	347
■ TRANSPARÊNCIA, COMPLIANCE E INTEGRIDADE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	348
■ PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NO AMBIENTE DE TRABALHO	349
LGPD	349
RESPONSABILIDADES E NOTIFICAÇÃO DE INCIDENTES.....	349
■ COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL	350
■ ATENDIMENTO AO PÚBLICO	351
■ RELAÇÕES INTERPESSOAIS NO SERVIÇO PÚBLICO.....	353
■ COMUNICAÇÃO PÚBLICA E ATENDIMENTO AO CIDADÃO: PRINCÍPIOS, LINGUAGEM CIDADÃ E QUALIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO	357
■ GESTÃO DE RISCOS INSTITUCIONAIS: IDENTIFICAÇÃO, ANÁLISE, TRATAMENTO E MONITORAMENTO NO SETOR PÚBLICO	359
■ PROCESSO ADMINISTRATIVO ESTADUAL: FASES, PRAZOS, RECURSOS E PRINCÍPIOS NORTEADORES	360
■ FEDERALISMO BRASILEIRO E ORGANIZAÇÃO DO ESTADO	362
DISTRIBUIÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE UNIÃO, ESTADOS E MUNICÍPIOS NO ÂMBITO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS E SOCIAIS	363

ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS SISTEMAS DE PROGRAMAS NACIONAIS.....	364
■ RESPONSABILIDADE FISCAL E SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO: FUNDAMENTOS E IMPLICAÇÕES PRÁTICAS	364
■ GOVERNO ABERTO, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CONTROLE EXTERNO	365
MECANISMOS, INSTÂNCIAS E RESPONSABILIDADES	365
■ SUSTENTABILIDADE NA GESTÃO PÚBLICA	366
CRITÉRIOS SOCIOAMBIENTAIS, COMPRAS SUSTENTÁVEIS E RESPONSABILIDADE INSTITUCIONAL.....	366
■ GESTÃO DE CRISES.....	368
CONTINUIDADE DE SERVIÇOS PÚBLICOS: FUNDAMENTOS, PROTOCOLOS E COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL.....	368

CONHECIMENTOS GERAIS

FUNDAMENTOS LEGAIS E NORMATIVOS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988: DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DIREITOS SOCIAIS E DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS SOBRE EDUCAÇÃO

Consagrada no art. 205 da Constituição, a educação é direito de todos e dever do Estado, sendo promovida com colaboração da sociedade com o objetivo de preparar o indivíduo para o exercício da cidadania e para o trabalho pela melhoria de suas qualificações.

Art. 205 *A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.*

Os princípios do ensino estão consagrados no Texto Constitucional, no art. 206, e são os seguintes:

Art. 206 *O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:*

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;*
 - II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;*
 - III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;*
 - IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;*
 - V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;*
 - VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;*
 - VII - garantia de padrão de qualidade;*
 - VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal;*
 - IX - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida.*
- Parágrafo único. A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)*

Ainda, o parágrafo único do mencionado dispositivo determina que a lei deve dispor sobre os profissionais da educação e sobre a adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

As universidades devem obediência ao princípio de indissociabilidade¹ entre ensino, pesquisa e extensão, bem como têm autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial. Nos termos:

Art. 207 *As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de **indissociabilidade** entre ensino, pesquisa e extensão.*

§ 1º É facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se às instituições de pesquisa científica e tecnológica.

Dica

Conforme a Súmula Vinculante nº 12, a cobrança de taxa de matrícula nas universidades públicas viola o inciso IV, do art. 206, da Constituição Federal.

Conforme o art. 208 da CF, o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

Art. 208 *O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:*

- I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;*
- II - progressiva universalização do ensino médio gratuito;*
- III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;*
- IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade;*
- V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;*
- VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;*
- VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.*

Antes da Emenda Constitucional nº 59, de 2009, a gratuidade do ensino apenas se aplicava ao ensino fundamental. A EC mencionada inovou ao estender a obrigatoriedade do ensino gratuito à toda a educação básica (infantil, fundamental e média).

Assim, o acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo, sendo que seu não oferecimento, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

¹ Não pode ser separado nem desunido.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

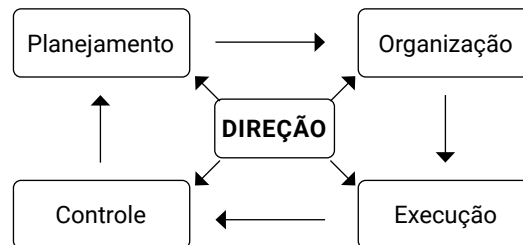
CONCEITOS INICIAIS

Primeiro, vamos conhecer alguns conceitos básicos da ciência da administração, os quais serão muito úteis no entendimento de toda a matéria.

Ouvimos a palavra “administração” com frequência em nosso cotidiano e, muitas vezes, realizamos ações pertencentes à administração sem nos atentarmos muito, tais como: planejar, organizar, liderar, executar e controlar. Mas, afinal, qual é o conceito de administração que se deve levar para a prova?

Segundo Maximiano, administração consiste em um processo contínuo de tomada de decisões voltadas à melhor utilização dos recursos disponíveis, com o intuito de atingir determinados objetivos.

Nesse sentido, o processo dinâmico diz respeito às famosas **funções administrativas**; assim, podemos sintetizar a definição: administração é o processo de planejar, organizar, dirigir, executar e controlar o uso dos recursos e as competências, a fim de alcançar os objetivos organizacionais.



Planejamento

O processo de planejamento é o ponto inicial das funções administrativas e tem como objetivo administrar as relações atuais com o futuro.

As decisões de planejamento procuram, de alguma forma, influenciar o futuro ou ser colocadas em prática no futuro.

Podemos, assim, entender que o planejamento estabelece os objetivos, define as metas e decide os métodos de trabalho adequados para o alcance dos objetivos.

Exemplificando: é quando se toma a decisão de construir uma casa e, desse modo, elabora-se o planejamento financeiro, decide-se quando começar e qual a previsão de término, define-se a planta dos cômodos, pesquisam-se os materiais a serem utilizados etc.

Organização

A organização é o processo de dispor os recursos em uma estrutura que facilite a realização dos objetivos. É responsável, então, por distribuir os recursos e as tarefas, resultando, assim, na estrutura organizacional.

Exemplificando: definidos os parâmetros gerais no planejamento, chega o momento de alocar os custos por meio do orçamento e distribuir as tarefas entre os contratados (eletricista, encanador, mestre de obras, pedreiros).

Direção (Liderança)

A direção é o processo de liderar as pessoas, por meio da comunicação e da motivação, para possibilitar a realização das tarefas planejadas.


É considerada a função mais complexa entre as administrativas, pois compreende diversas atividades da gestão de pessoas, tais como coordenação, motivação, comunicação e orientação.

Exemplificando: a direção é o dia a dia da obra, liderando as equipes contratadas, comunicando as necessidades e motivando a execução.

Execução


O processo de execução consiste em realizar as atividades planejadas por meio da aplicação da mão de obra. Executar uma tarefa é o dispêndio da energia física e intelectual dos colaboradores em prol dos objetivos estabelecidos.

MAIS DE 100 MIL ALUNOS APROVADOS!

 799 APROVADOS NO
BANCO DO BRASIL 2021

 92 APROVADOS
NO TJ-MG 2022

 213 APROVADOS
NO SEAGRI/DF 2022

 337 APROVADOS
NO INSS 2022



GOSTOU DESSA DEMONSTRAÇÃO?

Aproveite o Desconto especial e adquira
a versão completa desse material!

[ADQUIRIR MATERIAL COMPLETO](#)